

Nova versão do Plano de ação para o Lixo Marinho nos Açores deverá estar concluída até final do ano

90% das crias de cagarra nos Açores já apresentam microplásticos no organismo antes de abandonarem o ninho

O programa de monitorização de lixo marinho em praias da Região Autónoma dos Açores teve início em 2016, no seguimento da implementação do Plano de Ação para o Lixo Marinho nos Açores (PALMA), em 2015.

A sua implementação teve o intuito de aplicar as diretrizes de monitorização de macrolixo em praias os Açores estabelecidas pela Comissão OSPAR, que é o mecanismo pelo qual 15 governos e a UE cooperam para proteger o ambiente marinho do Atlântico Nordeste na sequência da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste.

Em 2016, foram estabelecidas 6 praias dos Açores como praias OSPAR: a praia de São Lourenço (ilha de Santa Maria), a praia da Maia/Calhau da Areia (ilha de São Miguel), a praia da Pedreira (ilha de São Miguel), a praia do Almoarifé (ilha do Faial), a praia do Norte (ilha do Faial) e a praia da Areia (ilha do Corvo).

Desde então, estas praias têm sido monitorizadas 4 vezes ao ano (Inverno, Primavera, Verão e Outono).

A seleção destas praias provém de uma análise inicial que permitiu criar um desenho de amostragem com cobertura em todo o arquipélago, através da monitorização piloto praias selecionadas de acordo com um conjunto de critérios pré-estabelecidos pela Comissão OSPAR.

O novo Plano de ação para o Lixo Marinho nos Açores (PALMA) encontra-se em fase de reestruturação, face ao processo de implementação do Plano Nacional (PALM 2026). Prevê-se que a nova versão do PALMA esteja concluída até ao final de 2024.

O plano surge da necessidade de se ter mais informação e conhecimento sobre o lixo marinho nas águas dos Açores e de envolver de forma ativa as comunidades de utilizadores do mar e a opinião pública na mitigação deste problema ambiental de escala global.

Em termos operacionais, a estratégia tem como objetivo responder às exigências da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha” (DQEM) e da Comissão OSPAR, e das iniciativas de âmbito global e internacional, no âmbito do lixo marinho.

O plano tem como projeto central o DeLixoMar da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), mais abrangente, para o qual concorrem, com informação e dados, os outros projetos e iniciativas, desenhados e integrados para responderem às diferentes questões definidas nos instrumentos técnicos.

O novo PALMA pretende ser um documento dinâmico e aberto, gerido de forma adaptativa, ao longo do seu período de vigência. A implementação do plano de ação será monitorizada através do controlo das tarefas a executar, e dos produ-



tos a produzir, calendarizados para cada projeto e iniciativa. A avaliação intercalar dos dados recolhidos, pelos programas de monitorização, permitirá, se necessário, adaptar as metodologias e os projetos, em conformidade, para responder aos objetivos definidos.

O papel das ONGs

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), num parecer que deu em 5 de abril de 2024, sobre a Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2026 (PALM 2026), alerta para a necessidade de se ter em conta o papel que as ONGs e outros elementos da sociedade civil têm tido nos últimos anos, actuando de forma preponderante no combate e sensibilização sobre o problema do lixo marinho em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas. A SPEA refere que “por exemplo, o papel da Fundação Oceano Azul tem sido de destacar, por liderar a iniciativa COOL - Convenção das Organizações para um Oceano Limpo, congregando entidades e pessoas que lidam de perto com esta problemática”. São destacado ainda pela SPEA a “Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) e a Geota - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, com a iniciativa Coastwatch, com estudos preponderantes neste tipo de ação”.

A SPEA, por sua vez, também tem desenvolvido ações de recolha de lixo em praias com recolha de dados sobre as tipologias de lixo existentes que podem

variarem significativamente de praia para praia e cujo conhecimento poderá ajudar a realizar ações mais eficazes em termos de sensibilização para cada um dos locais, assim como registo de dados de macrolixo marinho na superfície da coluna de água, durante a realização de censos marinhos.

Tem desenvolvido também projetos relacionados com a monitorização e combate ao Lixo Marinho em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas, através do projeto LIFE SeaBil estuda as aves marinhas (cagarra e galheta) como potenciais bioindicadores para o Atlântico. Este é um indicador do bom estado ambiental do meio marinho.

Aves marinhas como espécies indicadoras dos impactos do lixo marinho

As aves marinhas, pela sua função como predador de topo nos oceanos, são um bom indicador de bom estado ambiental do mar assim reconhecido em diversos projetos de investigação e conservação, com é o caso do LIFE SeaBIL (cagarra e galheta) e também já foi adotado como indicador para o Lixo Marinho no reporte à Diretiva Quadro para a Estratégia Marinha na Macaronésia (cagarra). Estudos recentes indicam que 90% das crias de cagarra nos Açores já apresentam microplásticos no organismo antes de abandonarem o ninho, por isso é proposto que a espécie seja considerada como indicador para este parâmetro.

Monitorizar o tipo e a quantidade de lixo marinho

Um dos projetos de monitorização do Lixo Marinho, que integra o Plano de Ação para o Lixo Marinho Açores é o “AzorLit”. O objetivo geral do projeto de investigação será definir metodologias e condições de referência para o lixo marinho na região. Pretende-se produzir informação básica sobre o tipo, a abundância e distribuição de lixo marinho na região e sobre o seu impacto no ecossistema marinho.

O projeto visa implementar programas de monitorização científica, para macro e microplásticos, nas zonas litórais e batiais; selecionar espécies para estudar os impactos do lixo na biota, nomeadamente em peixes. O projeto pretende também analisar os dados obtidos por outros projetos, nomeadamente de monitorização de campanhas públicas de limpeza da orla costeira. Este é um projeto que pretende criar uma linha de investigação na área do lixo marinho, consolidando as iniciativas pontuais, que têm vindo a ser desenvolvidas na região sobre este tema.

A metodologia a utilizar, no que se refere aos microplásticos será aplicada em diferentes praias das ilhas do arquipélago. As amostragens deverão ser feitas, preferencialmente, dentro do mesmo mês em todas as ilhas de forma a evitar efeitos temporais na densidade de microplásticos. A quantificação dos fragmentos de plástico será realizada seguindo protocolos previamente estabelecidos.